

Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 19

MIGALHAS - QUENTES
ANFIP

STF deve julgar nesta semana fim do voto de qualidade do Carf 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Protesto na Receita atrasa liberação de cargas 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PGFN tenta barrar na Justiça atuação de associações de contribuintes 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Organização é chave na declaração do IR 7

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

STJ e quebra de sigilo fiscal - OPINIÃO JURÍDICA 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Banco Central libera hoje valores a receber para quem nasceu após 1983 10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Pacote deve estimular PIB, mas traz mais incerteza para inflação 11

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Funpresp quer atingir 105 mil participantes até 2023 12

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

O que considerar na hora de escolher um plano de previdência? - CONSULTÓRIO
FINANCEIRO 13

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Como abrir uma conta gov.br 14

PORTAL R7 - NACIONAL - FOLHA VITÓRIA
SEGURIDADE SOCIAL

Dinheiro esquecido: saque é liberado para novo grupo. Veja passo a passo 15

PORTAL R7 - NACIONAL - O QUE É QUE EU FAÇO SOPHIA
SEGURIDADE SOCIAL

Veja como declarar aposentadoria e pensão no Imposto de Renda 2022 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bolo de fubá e reforma tributária (Artigo) 19

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Incertezas deverão mudar o foco dos investimentos das empresas do agro 20

MEIO NORTE - TERESINA - PI - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

A reforma tributária precisa acelerar (Artigo)..... 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Brasil deve apoiar a ratificação pelo Paraguai de protocolo para frear contrabando de cigarros (Artigo)..... 22

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Cortes de imposto em ano eleitoral já custam R\$ 54 bi aos cofres públicos..... 24

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Crise faz Guedes estudar fabricação nacional de semicondutores..... 27

O ESTADO DE S. PAULO - CULTURA E COMPORTAMENTO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O leão do Imposto de Renda - CRÔNICAS DE SP..... 30

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Atividade econômica decepciona em janeiro (Editorial)..... 31

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reação eleitoreira agrava a crise (Artigo)..... 32

O POPULAR - GO - NOTÍCIAS/POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

85% dos municípios goianos arrecadaram mais em 2021..... 33

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Dois Brasis no atropelo das eleições (Editorial)..... 35

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Diferença social até na bomba de combustível..... 36

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST
ECONOMIA

Crises e conflito tornam Brasil e Rússia as decepções dos Brics..... 39

STF deve julgar nesta semana fim do voto de qualidade do Carf

Nesta quarta-feira, 23, o plenário do STF deve julgar ações que questionam o fim do voto de qualidade do **Carf**. O caso começou a ser julgado em plenário virtual no ano passado e estava com pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes.

As ações foram ajuizadas pelo procurador-Geral da República, Augusto Aras, pelo PSB - Partido Socialista Brasileiro e pela **Anfip - Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil.

Entenda

O **Carf** integra o ministério da Economia e é responsável pelo julgamento administrativo de segunda instância do contencioso administrativo fiscal na esfera Federal. As turmas do **Carf** são compostas paritariamente por representantes dos contribuintes e da Fazenda Pública, reservada à representante desta última a função de presidente.

Pela regra anterior (artigo 25, parágrafo 9º, do decreto 70.235/72), o voto de desempate era proferido pelo presidente da turma julgadora. O fim do voto de qualidade, foi incluído pela MP 899/19, que deu origem à lei 13.988/20. Com a suspensão, ficou determinado que, na hipótese de empate, o resultado deve ser favorável ao contribuinte.

O fim do voto, no entanto, não constava no texto original e foi incluído por emenda parlamentar na tramitação do projeto de lei de conversão da MP.

Veja o vídeo preparado por Migalhas na época que o caso começou a ser julgado:

Fundamentos

Na ADIn 6.399, Augusto Aras assinala que houve vício no processo legislativo em razão da inserção de matéria de iniciativa reservada e sem pertinência temática com o texto originário por meio de emenda parlamentar.

Aras alegou ainda que a Constituição Federal reservou ao presidente da República a disciplina da organização e do funcionamento dos órgãos da Administração Pública.

O PSB, na ADIn 6.403, afirma que a mudança

implicará a alteração da própria natureza do **Carf**, que passará a ter caráter eminentemente privado, pois os representantes dos contribuintes, indicados por entidades privadas, passam a ter poder decisório soberano.

O partido argumenta que a alteração resultará numa perda de arrecadação aos cofres públicos de cerca de R\$ 60 bilhões por ano e que, entre 2017 e 2020, mais de R\$ 110 bilhões tornaram a integrar a carta de créditos tributários da União em decorrência da utilização do voto de qualidade.

Já a **Anfip**, na ADIn 6.415, aponta violação ao princípio democrático e ao devido processo legislativo, pois a alteração resultou de emenda parlamentar apresentada após a emissão de parecer pela Comissão Mista e não tem qualquer relação com a medida provisória que lhe deu origem. A associação ressalta ainda violação ao princípio constitucional implícito da prevalência do interesse público sobre o privado.

Inconstitucionalidade

O relator das ações é o ministro aposentado Marco Aurélio, que votou, em abril de 2021, pela inconstitucionalidade da norma e ressaltou que não se questiona a possibilidade de alteração, no Congresso, do texto primitivo, ou seja, o exercício regular do poder de emenda.

Para o ministro, a inconstitucionalidade decorreria do abuso desse poder, mediante enxerto, no âmbito parlamentar, durante a fase de conversão em lei, de dispositivo voltado a disciplinar tema sem relação com a proposição original, prática conhecida como jabuti.

Dessa forma, julgou procedente o pedido para declarar a inconstitucionalidade do art. 28 da lei 13.988/20, por meio do qual inserido o art. 19-E na lei 10.522/02.

Em seguida, Barroso pediu vista. Os autos foram devolvidos para julgamento em junho de 2021, ocasião em que o ministro divergiu do relator e sugeriu a seguinte tese:

Depois disso, o caso foi novamente suspenso por pedido de vista, dessa vez de Alexandre de Moraes.

Os autos foram devolvidos em dezembro de 2021 e colocados na pauta de 23 de março do STF, no plenário físico.

Site: <https://www.migalhas.com.br/quentes/361951/stf-deve-julgar-nesta-semana-fim-do-voto-de-qualidade-do-carf>

Protesto na Receita atrasa liberação de cargas

Cibelle Bouças De Belo Horizonte

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187169

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187169

PGFN tenta barrar na Justiça atuação de associações de contribuintes

Beatriz Olivon De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187169?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187169?page=1§ion=1

Organização é chave na declaração do IR



FERNANDA STRICKLAND MARIA EDUARDA ANGELI*

O Imposto de Renda 2022 (IR) está a todo vapor. De acordo com a **Receita Federal**, foram recebidas, até o último balanço, divulgados na tarde da última sexta-feira, pouco mais de 5 milhões de declarações. Neste ano, o prazo ficou mais curto: só é possível entregar a documentação até o dia 29 de abril - ao passo que o aplicativo para preenchimento da DIRF foi liberado no dia 7 de março. Com quase duas semanas passadas dentro do prazo, é preciso ficar atento para não deixar o envio para a última hora e ficar sem tempo hábil para a resolução de imprevistos.

O sistema de recepção de declarações da Receita funciona 20 horas por dia - o único período em que o uso fica inviabilizado é entre 1h e 5h. Mesmo assim, há aqueles que deixam para fornecer as informações ao Fisco perto do fechamento da plataforma. Esse é um dos hábitos que faz muitos caírem na temida malha fina, pois falta tempo para correção de erros e revisão dos números.

O diretor do Departamento de Assessoria Fiscal a Pessoas Físicas da BDO, Cleiton Felipe, alerta que não há nenhuma expectativa de extensão do prazo, como foi feito no ano passado e retrasado. "Quanto antes o contribuinte entrega a declaração, antes ele consegue verificar se existe ou não alguma pendência de malha fina, para corrigi-la e enviar a retificação ainda dentro do prazo", justificou. "Outra razão para entregar a documentação antes é evitar o congestionamento do sistema da Receita nos últimos dias." Outra razão para se adiantar na prestação de contas ao Leão é a fila da restituição. Quem envia o reporte antes recebe o dinheiro da tributação excedente antes - geralmente a partir do segundo lote, já que o primeiro costuma ser preenchido por aposentados, professores e pessoas com deficiência, prioridades no recebimento.

"Quando se entrega a declaração nos últimos dias,

geralmente você não tem tempo de revisar, dar uma olhada geral com calma, analisar as informações. Então acaba entregando daquela maneira, com erros que poderiam ser facilmente evitados", finalizou Cleiton Felipe.

A sócia-diretora da Seteco Consultoria Contábil Adriana R. Alcazar, corrobora com a visão. Para ela, a declaração merece uma organização para evitar cometer erros por falta de análise. "Quando se deixa para a última hora, erros comuns podem levar a situação de análise pela **Receita Federal** (malha fina). Um dos principais erros é a omissão de rendimentos. Ou incluir um dependente que tenha renda, mas não informar o valor", afirmou Alcazar. "Despesas médicas também merecem atenção. Como o valor para dedução de gastos com saúde não tem limite, os contribuintes acabam aumentando as despesas realizadas e deduzem gastos com pessoas que não são suas dependentes na declaração. Então, não tem jeito: é dor de cabeça na certa!", informou.

De acordo com a sócia-diretora da Seteco Consultoria Contábil, os cinco erros mais comuns são: preencher informações de maneira incorreta, fraudar documentos, não guardar as declarações dos últimos cinco anos, omitir rendimentos e declarar despesas médicas irreais. "Com esses cuidados, é bem provável que o contribuinte se livre de cair na malha fina. Na dúvida, a recomendação é sempre pedir ajuda a um contador", pontuou.

*Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

O QUE PRECISO SABER?

Quem nunca encarou a empreitada como um "bicho de sete cabeças"? Contudo, prestar contas ao Leão não é tão complicado quanto parece.

Deve declarar o IR quem:

- Teve rendimento tributável com valor igual ou acima de R\$ 28.559,70;
- Teve rendimentos tributáveis e não tributáveis vindo direto da fonte com valor igual ou acima de 40.000,00;
- Chegou a ter renda com valor igual ou acima R\$ 142.798,50;
- Passou a ter bens com valor igual ou maior a R\$ 300.000,00;
- Teve algum ganho de capital sobre alienação de bens e direitos;
- Operou ações na bolsa de valores, mercados futuros ou atividades correlacionadas;
- Mora em área rural e queira fazer alguma compensação de prejuízos ou perdas relacionadas ao ano anterior, ou obteve receita bruta anual decorrente de atividade rural em valor acima de R\$ 142.798,50;
- Passou à condição de residente no Brasil, em qualquer mês, e nessa condição se encontrava em 31 de dezembro do ano-calendário.

Fonte: Receita Federal



Dicas

Os cinco principais erros cometidos na declaração, segundo Adriana R. Alcazar

1) Preencher informações de maneira incorreta

2) Fraudar documentos

3) Não guardar as declarações dos últimos cinco anos

4) Omitir rendimentos

5) Declarar despesas médicas irreais

Caio Gomez/CB/D.A. Press

STJ e quebra de sigilo fiscal - OPINIÃO JURÍDICA

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187169?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187169?page=1§ion=1

Banco Central libera hoje valores a receber para quem nasceu após 1983

Filipe Andretta Curitiba

O Banco Central libera nesta segunda (21), até sexta-feira (25), o último lote da primeira fase de pagamentos do Sistema Valores a Receber, que devolve dinheiro esquecido pelos brasileiros em bancos e instituições.

Recebem nesta semana os contribuintes nascidos após 1983 e as pessoas jurídicas abertas neste período.

Para ter acesso ao montante, é preciso entrar no site valoresareceber.bcb.gov.br na data e na hora indicadas na consulta inicial ao sistema. Caso tenha esquecido qual é o dia agendado, o cidadão pode fazer nova consulta. O dinheiro só será liberado no horário exato.

O horário de pagamento varia: vai das 4h às 14h e das 14h até a 0h. Quem perder o dia, no entanto, poderá ter nova chance de transferência dos valores no sábado (26), quando ocorre a repescagem do sistema.

Pessoas nascidas antes de 1983 já tiveram a consulta e o saque liberado nas semanas anteriores.

Segundo o Banco Central, haverá uma nova repescagem para todos os públicos a partir de 28 de março.

O Banco Central afirmou que o dinheiro será devolvido de alguma forma ao trabalhador ou empresário, mesmo que ele perca todas as datas de saque desta primeira fase de liberação dos valores.

"O cidadão não deve se preocupar se perder a data por algum motivo. Ele poderá voltar ao valoresareceber.bcb.gov.br a qualquer momento e receber uma nova data de agendamento", diz a instituição.

O BC declarou ainda que o consumidor nunca perde o direito sobre os valores em seu nome. "As instituições financeiras guardarão esses recursos pelo tempo que for necessário, esperando até que o cidadão solicite a devolução." Ao todo, 28 milhões devem sacar R\$ 4 bilhões nesta primeira fase. São 26 milhões de CPFs e 2 milhões de CNPJs. Na segunda fase, está prevista a liberação de mais R\$ 4 bilhões aos brasileiros.

Neste primeiro lote de liberação está o dinheiro esquecido em contas-correntes ou poupanças que foram encerradas ainda com saldo disponível; tarifas e parcelas cobra -das indevidamente cuja devolução já estava prevista em termo de compromisso assinado com o BC; dinheiro de consórcios encerrados; e cotas e sobras de quem participou de cooperativas de crédito.

Após a primeira fase de liberação dos valores, que vai de 7 a 28 de março, haverá uma segunda fase de pagamentos, que liberará dinheiro esquecido nos bancos por outros motivos. É possível que o trabalhador ou o empresário encontre valores nos dois lotes. Também será informada uma data para sacar o montante. A consulta começará em 2 de maio.

O dinheiro a ser devolvido na segunda fase é referente a tarifas, parcelas ou obrigações em operações de crédito cuja devolução não estava prevista em termo assinado com o BC, além de contas de pagamento pré-pagas ou pós-pagas encerradas com saldo disponível.

Haverá também pagamentos em casos de contas mantidas em corretoras e distribuidoras de valores para registro de ativos financeiros dos clientes. Em muitos casos, há cobranças de tarifas duplicadas, que também serão devolvidas.

É nessa fase que os aposentados do **INSS** poderão resgatar os descontos indevidos no crédito consignado, segundo o Banco Central, e as empresas falidas poderão recuperar valores que ficaram esquecidos em alguma instituição.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

56

Pacote deve estimular PIB, mas traz mais incerteza para inflação

Marcelo Osakabe São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187169

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187169

Funpresp quer atingir 105 mil participantes até 2023

Edna Simão De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187169?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187169?page=1§ion=1

O que considerar na hora de escolher um plano de previdência? - CONSULTÓRIO FINANCEIRO

FREDY TAVARES

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187169?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187169?page=1§ion=1

Como abrir uma conta gov.br

Por g1 - São Paulo

A conta gov.br dá acesso aos serviços públicos já digitalizados pelo governo brasileiro, como a CNH Digital, a Carteira de Trabalho Digital e o Meu **INSS**, assim como possibilita o acesso aos serviços do SUS e inscrição no ENEM, entre outros.

O aplicativo gov.br disponibiliza também novos documentos digitais, como o Certificado de Habilitação Técnica (CHT), da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que é usado por pilotos, mecânicos, comissários e despachantes de voo; e cinco documentos emitidos pelo Exército Brasileiro: Certificado de Alistamento Militar (CAM), Certificado de Dispensa de Incorporação (CDI), Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo (CDSA), Certificado de Reservista e Certidão de Situação Militar.

Na nova versão do aplicativo, lançada em setembro de 2021, se o usuário inserir o CPF na tela inicial e for constatado que ele ainda não possui uma conta de acesso, é direcionado automaticamente para o fluxo de criação de contas.

Outra novidade é que, a partir de agora, o usuário pode acessar os serviços públicos sem a necessidade de inserir login e senha. O aplicativo gov.br possui um QR Code e permite a autenticação por meio de leitura do código.

Passo a passo para abertura

A criação da conta gov.br é gratuita. Quem ainda não possui, pode fazer o cadastro pelos seguintes caminhos:

Site Acesso (<https://sso.acesso.gov.br>) App gov.br (link iOS ou link Android)

Após digitar seu CPF, clique em Continuar . Leia, aceite os termos e clique em Continuar ;Aponte um dos bancos para criar a conta ou clique em Tentar de outra forma , caso você não possua conta em banco ou não queira utilizá-la;Dê alguns de seus dados, como data de nascimento e nome da mãe, e clique em Confirmar ;Confirme alguns de seus dados;A plataforma vai enviar um código, que pode ser recebido via e-mail ou celular. Digite-o no local indicado;Crie uma senha que atenda os critérios exigidos;Com isso, já é possível fazer o login com a conta gov.br em outros serviços.

Como aumentar o nível da conta gov.br?

A conta gov.br tem três níveis de segurança e acesso: bronze, prata e ouro.

Ao ser criada via formulário online do **INSS** ou da **Receita Federal**, por exemplo, a conta gov.br costuma iniciar no nível bronze, que dá acesso apenas parcial aos serviços digitais do governo e cujo grau de segurança é considerado apenas básico.

O login nível prata ou ouro exige maior nível de segurança, como reconhecimento facial, permitindo o acesso a bancos credenciados e a serviços mais sensíveis - como o resgate de valores esquecidos nos bancos.

Ao fazer o login no gov.br, o cidadão já é informado do nível da conta. Para aumentar o nível, basta seguir as instruções ou entrar em Privacidade/Selos de Confiabilidade .

Como obter nível prata

O nível prata é obtido por meio de:

Validação facial pelo aplicativo gov.br para conferência da sua foto nas bases da Carteira de Habilitação (CNH)Validação dos dados pessoais via internet banking de um banco credenciadoValidação dos dados com usuário e senha do SIGEPE, se o cidadão for servidor público federal

Como obter nível ouro

O nível máximo de segurança pode ser através de:

Validação facial pelo aplicativo gov.br para conferência da sua foto nas bases da Justiça EleitoralValidação dos seus dados com Certificado Digital compatível com ICP-Brasil

VÍDEOS: notícias de economia

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/03/21/como-abrir-uma-conta-govbr.ghtml>

Dinheiro esquecido: saque é liberado para novo grupo. Veja passo a passo

Folha Vitória

/
por

Folha Vitória

A partir desta segunda-feira (21), pessoas nascidas a partir de 1984 ou empresas abertas após esse ano poderão pedir o saque de recursos esquecidos em instituições financeiras.

O processo deve ser feito no site Valores a Receber, criado pelo Banco Central (BC) para consulta e agendamento da retirada de saldos residuais.

A consulta foi aberta na noite de 13 de fevereiro. Na ocasião, o próprio sistema informou a data e o horário em que usuários com recursos a sacar devem retornar ao site para fazer o agendamento.

O processo vai até sexta-feira (25). Quem perder o prazo ou o horário poderá fazer uma repescagem no sábado (26), das 4h às 24h. O usuário que perder a repescagem só poderá retornar a partir de 28 de março.

Leia também: Maior parte de CPFs tem até R\$ 1 a receber em valores 'esquecidos' em bancos

Após pedido de saque, a instituição financeira terá até 12 dias úteis para fazer a transferência. A expectativa é que pagamentos realizados por meio de Pix ocorram mais rápido.

Para agendar o saque, o usuário deve ter conta nível prata ou ouro no Portal Gov.br. Identificação segura para acessar serviços públicos digitais, a conta Gov.br está disponível a todos os cidadãos brasileiros.

O login tem três níveis de segurança: bronze, para serviços menos sensíveis; prata, que permite o acesso a muitos serviços digitais; e ouro, que permite o acesso a todos os serviços digitais.

Segundo o balanço mais recente do BC, cerca de 114 milhões de pessoas e 2,7 milhões de empresas acessaram o sistema de consultas criado para o resgate do dinheiro. Desse total, 25,9 milhões de

pessoas físicas e 253 mil empresas descobriram que têm recursos a receber.

A maior parte dos recursos esquecidos, no entanto, é de pequeno valor. De acordo com levantamento do BC, saldos de até R\$ 1 correspondem a 42,8% dos casos e montantes de até R\$ 10 concentram 69,7% do total.

Passo 1

Acessar o site valoresareceber.bcb.gov.br na data e no período de saque informado na primeira consulta. Quem esqueceu a data pode repetir o processo.

Passo 2

Fazer login com a conta Gov.br (nível prata ou ouro). Se o cidadão ainda não tiver conta nesse nível, deve fazer logo o cadastro ou aumentar o nível de segurança (no caso de contas tipo bronze) no site ou no aplicativo Gov.br. O BC aconselha o correntista a não deixar para criar a conta e ajustar o nível no dia de agendar o resgate. Confira aqui como aumentar o nível do login Gov.br.

Passo 3

Ler e aceitar o termo de responsabilidade

Passo 4

Verificar o valor a receber, a instituição que deve devolver o valor e a origem (tipo) do valor a receber. O sistema poderá fornecer informações adicionais, se for o caso. A primeira etapa da consulta só informava a existência de valores a receber, sem dar detalhes.

Passo 5

Clicar na opção indicada pelo sistema:

"Solicitar por aqui": para devolução do valor por Pix em até 12 dias úteis. O usuário deverá escolher uma das chaves Pix, informar os dados pessoais e guardar o número de protocolo, caso precise entrar em contato com a instituição.

"Solicitar via instituição": a instituição financeira não oferece a devolução por Pix. O usuário deverá entrar

em contato pelo telefone ou e-mail informado para combinar com a instituição a forma de retirada: Transferência Eletrônica Disponível (TED) ou Documento de Crédito (DOC).

Importante: Na tela de informações dos valores a receber, o cidadão deve clicar no nome da instituição para consultar os canais de atendimento.

Para evitar excesso de procura no site, o Banco Central escalonou o pedido conforme a idade do correntista ou a data de fundação da empresa. A cada semana, um público diferente será atendido.

O prazo de agendamento para pessoas nascidas antes de 1968 ou empresas fundadas antes desse ano estendeu-se de 7 a 11 de março, com repescagem em 12 de março.

Quem nasceu entre 1968 e 1983 ou abriu empresa nesse período, pôde fazer o agendamento entre 14 e 18 de março, com repescagem em 19 de março. As repescagens aos sábados ocorrem das 4h às 24h.

Quem perder o sábado de repescagem poderá pedir o resgate a partir de 28 de março, independentemente da data de nascimento ou de criação da empresa. O BC esclarece que o cidadão ou empresa que perder os prazos não precisa se preocupar. O direito a receber os recursos é definitivo e eles continuarão guardados pelas instituições financeiras até o correntista pedir o saque.

Nesta primeira fase, estão sendo liberados R\$ 3,9 bilhões esquecidos em instituições financeiras. Em maio, haverá nova rodada de consultas, com mais R\$ 4,1 bilhões disponíveis.

Além dos valores residuais em bancos, o cidadão pode ter outras fontes de dinheiro esquecido, como cotas de fundos públicos, revisão de benefícios da **Previdência Social**, restituições na malha fina do Imposto de Renda e até pequenos prêmios de loterias. A Agência Brasil preparou guia para facilitar a busca por recursos adicionais.

FONTE: Agência Brasil

Leia também: Dinheiro esquecido: fundos públicos, **INSS** e até prêmio de loteria também são fontes

Site: <http://noticias.r7.com/cidades/folha-vitoria/dinheiro-esquecido-saque-e-liberado-para-novo-grupo-veja-passo-a-passo-21032022>

Veja como declarar aposentadoria e pensão no Imposto de Renda 2022

O que é que eu faço Sophia

*/
Sophia Camargo, do R7*

Como fazer a declaração dos rendimentos de aposentadoria e pensão no Imposto de Renda 2022?

Os rendimentos de aposentadoria e pensão são considerados tributáveis, ou seja, sobre eles incide imposto quando os valores recebidos ultrapassarem o limite de isenção da tabela progressiva do Imposto de Renda 2022 .

Em 2021, o limite mensal de isenção foi de R\$ 1.903,98, e o anual (o que equivale a 12 meses mais o 13º salário) foi de R\$ 24.751,74. Esse valor não é atualizado desde 2015 .

Os aposentados e pensionistas com menos de 65 anos devem declarar a totalidade desses rendimentos na ficha Rendimentos Tributáveis Recebidos de Pessoa Jurídica pelo titular ou pelo dependente.

A partir do mês do aniversário em que o aposentado ou pensionista completa 65 anos, ele passa a ter direito a uma parcela adicional de isenção sobre estes rendimentos no valor de R\$ 1.903,98 por mês, ou R\$ 24.751,74 no ano.

Essa parcela isenta só vale para os rendimentos de aposentadoria, pensão, reforma e reserva remunerada. Se o aposentado continua trabalhando e recebe salário, por exemplo, paga imposto normalmente. O mesmo vale para rendimentos de aluguel, pró-labore, pensão alimentícia, por exemplo.

Quem recebe duas aposentadorias ou uma pensão e uma aposentadoria vai receber o informe de rendimentos do **INSS** com duas isenções, mas não poderá utilizar duas vezes o limite de isenção.

No ano passado, o programa da declaração foi alterado para possibilitar a transferência automática dos valores que excederem a parcela isenta para a ficha Rendimentos Tributáveis Recebidos de Pessoa Jurídica (pelo titular ou pelo dependente).

Antes, cabia ao próprio contribuinte calcular apenas um limite de isenção e informar os demais rendimentos como tributáveis.

Quem recebe aposentadoria por ter uma doença grave prevista na legislação do IR ou por ter se acidentado em serviço tem direito à isenção total, sem limite de valor, do Imposto de Renda.

Mas só terá os rendimentos isentos se a comprovação da doença for feita por um laudo pericial emitido por serviço médico oficial da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos municípios.

Nesse caso, a declaração deve ser feita na ficha Rendimentos Isentos e Não tributáveis, linha 11 - Pensão, proventos de aposentadoria ou reforma por moléstia grave.

Os benefícios da aposentadoria ou pensão devem ser declarados em Rendimentos Tributáveis Recebidos de Pessoa Jurídica . Se o aposentado trabalhar para uma empresa, também é nesta ficha que deve declarar seus rendimentos.

A parcela isenta de aposentadoria, pensão, reserva remunerada e reforma dos aposentados e pensionistas com mais de 65 anos deve ser declarada na linha Rendimentos Isentos ou Não Tributáveis, linha 10 .

Quando os valores recebidos de aposentadoria ou pensão forem maiores que R\$ 24.751,74, o programa da declaração do IR 2021 informa que o limite para o CPF foi ultrapassado e pergunta se o declarante quer transferir os valores excedentes para a ficha Rendimentos Tributáveis Recebidos de Pessoa Jurídica.

Ao responder "Sim", o programa ajusta automaticamente o valor para o limite permitido de isenção, dessa forma:

E abre automaticamente um novo item na ficha Rendimentos Tributáveis Recebidos de Pessoa Jurídica, informando o valor excedente.

Se os filhos ou netos do aposentado quiserem deduzir as despesas que têm com os pais ou avós, como pagamento de planos de saúde, por exemplo, só

poderão fazê-lo se o aposentado tiver recebido um total de até R\$ 22.847,76 em 2021.

Se o aposentado ou pensionista tiver recebido um valor superior a este limite, não poderá ser incluído como dependente.

Se ainda tiver mais dúvidas sobre economia, dinheiro, direitos e tudo mais que mexe com o seu bolso, envie suas perguntas para " O que é que eu faço, Sophia? " pelo e-mail sophiacamargo@r7.com

Site: <http://noticias.r7.com/prisma/o-que-e-que-eu-faco-sophia/veja-como-declarar-aposentadoria-e-pensao-no-imposto-de-renda-2022-21032022>

Bolo de fubá e reforma tributária (Artigo)



FABIO BRUN GOLDSCHMIDT - Advogado tributarista

No anedotário que é o cotidiano tributário brasileiro, certa vez tivemos que defender uma cadeia supermercadista de uma autuação em que se pretendia cobrar a diferença de ICMS recolhido a menor pela empresa, por ter tributado fubá como farinha de milho. A farinha de milho era tratada na lei como integrante do benefício da cesta básica, com alíquota de 7%, enquanto o fubá? segundo a ótica do fiscal autuador? não constava expresso nessa lista de exceção e, portanto, deveria ser tributado pela alíquota geral de 17%. Na defesa, tivemos que demonstrar que fubá e farinha de milho são a mesma coisa, inclusive, segundo a Anvisa, e que a diferença, se e quando existente, é apenas de gramatura.

Para provar nosso ponto, a estratégia que adotamos ante o Tribunal Administrativo estadual foi no mínimo inusitada: distribuimos receitas de bolo que, invariavelmente, indicavam a utilização indistinta dos dois ingredientes, tratando-os como sinônimo; e preparamos e distribuimos aos julgadores bolos de farinha de milho e de fubá, para que os degustassem às cegas. Após alguns minutos de descontração na sessão, o caso foi julgado, a interpretação da empresa acabou sendo acolhida e a autuação cancelada na sua integralidade.

O exemplo acima ilustra o quão difícil é navegar pelo emaranhado normativo brasileiro, bem como a insegurança com que se convive, mesmo quando se

tem o privilégio de dispor de dezenas de técnicos especialistas para interpretar a legislação. Ilustra também como um contribuinte bem intencionado pode acabar punido por uma conduta de boa-fé e cobrado por uma suposta infração, numa verdadeira armadilha tributária.

Ao longo do último ano, muito ouvimos falar de **reforma tributária**. E agora, perplexo, leio a notícia de que a proposta em trâmite no Congresso (PEC 110) teve seu prazo de transição do regime antigo para o novo, alterado. Na versão anterior, esse prazo (no que trata da transferência da tributação da origem para o destino) era de 20 anos, e agora passa a ser de 40 anos. Ou seja, levará meros 40 anos para a reforma ser implementada e, durante esse tempo, teremos que conviver não apenas com as desinteligências e complexidades do sistema atual, mas adicionar, entender e aplicar o novo sistema instituído. Um sistema inédito, que obviamente dará muito mais margem a incompreensão e divergência de opiniões, jurisprudência etc. que o atual.

Em outras palavras, para dar uma resposta ao mercado, que espera uma reforma de simplificação do sistema tributário e redução dos custos das empresas, estaremos aprovando uma reforma que exigirá o dobro de técnicos, o dobro de controles, o dobro de esforço da própria fiscalização, pelo exíguo período de 40 anos. Enquanto isso, obviamente dobrará o contencioso judicial, que discutirá o sistema velho e o novo, além de debater as regras de compatibilização entre os dois. Já não tenho dúvidas de que meus filhos e netos ainda comerão muito bolo de fubá caro.

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
Artigo: Bolo de fubá e **reforma tributária**

Incertezas deverão mudar o foco dos investimentos das empresas do agro

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187169?page=8§ion=2

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187169?page=8§ion=2

A reforma tributária precisa acelerar (Artigo)

**LUIZ NICOLAEWSKY SUPERINTENDENTE DO
SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DA CERVEJA
(SINDICERV)**

O panorama de crescimento da **inflação**, alta dos juros, aumento nos preços dos insumos e custos de produção somados aos reajustes do petróleo e da energia elétrica tem impactado (negativamente) a retomada econômica. Ainda assim somos otimistas, continuamos a acreditar na melhora gradativa, na geração de empregos e na atração de novos investimentos em um caminho na busca do equilíbrio do país.

No entanto, é indispensável voltar a discutir projetos que abram espaço para o Brasil retomar o ritmo de crescimento econômico e desenvolvimento social. E um deles é a **reforma tributária**. Fruto de um extraordinário esforço do senador Roberto Rocha (PSDB/MA), temos visto maiores chances de a PEC 110 avançar ainda este ano. Em meio ao recesso parlamentar, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, sinalizou que o projeto teria prioridade na Casa com a leitura de seu relatório até o fim de fevereiro.

Em linhas gerais, trata-se de um caminho mais próximo que o setor industrial brasileiro tanto aguarda: um sistema tributário que reduza a burocracia, o contencioso jurídico, a quantidade de **impostos**, a complexidade e o custo da sua operação. E que traga segurança jurídica para a indústria, mas sem aumentar a carga tributária, uma das mais altas do mundo para a atividade produtiva. O impacto atual dos **tributos** no preço final da cerveja chega a 56%.

O Brasil é o terceiro maior produtor de cerveja do mundo, atrás da China e dos Estados Unidos, com uma produção anual de mais de 14,3 bilhões de litros. Movimenta uma cadeia do "Campo ao Copo" que se estende desde o agronegócio, com destaque para a produção de diversos grãos, mais de 40 mil veículos empregados na distribuição e 1,2 milhão de postos de vendas espalhados por todo o país, até o consumo final das famílias. Em números, o setor cervejeiro representa 2% do Produto Interno Bruto e contribui com mais de R\$ 25 bilhões em **impostos**, gera uma massa salarial de R\$ 27 bilhões e é responsável por mais de 2 milhões de empregos diretos, indiretos e induzidos. Daí a importância da indústria da cerveja como uma das principais molas propulsoras na geração de empregos e retomada do país em meio à crise sanitária que vivemos.

Entendemos que a **reforma tributária** é um tema complexo e mesmo diante da agenda eleitoral há sensibilidade do Poder Legislativo federal para a aprovação de uma reforma estruturante que conta com o apoio e o consenso entre indústria, Estados e sociedade civil. A **reforma tributária** precisa acelerar para que o Brasil retome os trilhos de desenvolvimento.

Site: <https://jornal.meionorte.com/jornal-pdf/20220321#page/16>

Brasil deve apoiar a ratificação pelo Paraguai de protocolo para frear contrabando de cigarros (Artigo)

ROBERTO IGLESIAS - Economista, especialista em comércio ilegal de cigarros **MONICA ANDREIS - Diretora-executiva da ACT Promoção da Saúde**

Um dos maiores problemas do controle do tabagismo no Brasil é a presença de cigarros paraguaios, que entram ilegalmente no país, vendem-se barato porque não pagam **impostos**, e não cumprem com as normas requeridas para produtos semelhantes pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, tais como advertências sanitárias, imagens ilustrativas de problemas causados pelo fumo e outras. Estima-se que o produto paraguaio representou 37,2% do consumo total de cigarros em 2019, segundo análise do Instituto Nacional de Câncer, baseada na Pesquisa Nacional de Saúde. Esse percentual, entretanto, é menor que o divulgado por estudos ligados à indústria do tabaco, que estimou o mercado ilegal em torno de 57% para esse mesmo ano.

O cigarro ilegal facilita a iniciação de jovens e também permite que quem queira parar por questões econômicas continue fumando. Assim, exacerba a carga de doenças e mortalidade prematuras associadas ao tabagismo que a sociedade brasileira já tem. Mais de 161 mil brasileiros morrem anualmente de forma prematura pelo tabaco, e os custos diretos anuais de tratamento com as doenças associadas chegam a R\$ 50,2 bilhões, de acordo com estudo de 2020, do Instituto de Efectividad Clínica y Sanitária, enquanto as perdas econômicas com menor produtividade laboral e mortes prematuras é estimada em R\$ 42,5 bilhões. A arrecadação da **Receita Federal** com **impostos** com o produto legal é de somente R\$ 12,2 bilhões.

A entrada de cigarros a partir do Paraguai sem pagamento do IPI e demais **impostos** é um problema antigo, de 32 anos. O país vizinho pode exportar porque há produção de cigarros por lá, acima dos níveis de consumo daquele mercado. Talvez seja esse um dos mercados ilícitos de cigarro mais duradouros desde que o mundo iniciou o consumo desse produto.

Essa duração foi possível por inúmeras razões, entre elas porque o Brasil teve e tem dificuldade para colocar com firmeza o tema na agenda de negociação

bilateral com o Paraguai, pela existência de outros contenciosos mais prioritários entre os dois países ou por causa de interesses econômicos e políticos relacionados com esse comércio nos estados que fazem fronteira com o país.

Há caminhos para mudar essa situação. O Senado paraguaio tem previsto para este mês discutir a ratificação do Protocolo para a Eliminação do Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco, da Organização Mundial da Saúde, instrumento internacional para o enfrentamento do problema do contrabando por meio de diversas ações em âmbito nacional e com cooperação internacional. O Brasil ratificou esse protocolo em 2018, e outros 63 países também já o fizeram.

Esse é um problema complexo que, sem dúvida, deve ser enfrentado e combatido pelos dois países, porém de forma correta e por meio de ações integradas, como as sugeridas pelo protocolo. Por isso é importante implementá-lo em âmbito nacional e apoiar a ratificação pelo Paraguai, que poderá estimular a busca das empresas paraguaias e a aceitação brasileira da formalização do comércio bilateral desse produto. Essa iniciativa do Senado paraguaio deve ser aplaudida e apoiada pelo governo e a sociedade civil também aqui, no Brasil.

A ratificação do protocolo no Paraguai obrigará as autoridades paraguaias a marcar e identificar seus cigarros e as empresas do país a serem responsáveis para onde e como seus produtos são comercializados. Por seu lado, o Brasil poderá usar as disposições de cooperação e intercâmbio de informações entre países-partes do protocolo para atuar junto às autoridades paraguaias, nos casos de captura no seu território de cigarros marcados e não destinados ao Brasil.

As alterações jurídicas promovidas pela ratificação e implementação no Paraguai mudarão as regras atuais do jogo. O protocolo criará constrangimentos para as vendas de cigarros das empresas paraguaias ao mercado ilegal, estimulando por parte delas, como a única saída, a busca da exportação formal para escoar a capacidade de produção. Nesse contexto, regrado

pelo protocolo, o Brasil deve negociar e cooperar com o Paraguai, considerando os pedidos de formalização das exportações.

Para a transparência e formalização econômica paraguaia e sua plena adesão aos compromissos internacionais assumidos com a Convenção Quadro para o Controle do Tabaco, esse passo é de fundamental importância. E para a saúde e a economia do Brasil, é absolutamente crucial essa ratificação.

Cortes de imposto em ano eleitoral já custam R\$ 54 bi aos cofres públicos



O presidente Jair Bolsonaro (PL) durante solenidade referente ao Dia da Mulher, no Palácio do Planalto. Pedro Ladeira/Folhapress

Fábio Pupo *brasília*

As medidas já adotadas e as em preparação neste ano por governo e Congresso com o objetivo de reduzir **impostos** vão gerar um custo de pelo menos R\$ 54,2 bilhões para União, estados e municípios só em 2022.

Além disso, os cortes continuarão reduzindo receitas dos cofres públicos durante o próximo mandato presidencial.

O impacto pode ficar ainda maior dependendo dos próximos movimentos do governo. O presidente Jair Bolsonaro (PL) tem demandado iniciativas para uma agenda popular às vésperas do calendário eleitoral e, entre as prioridades, estão ações que possam funcionar como uma resposta à escalada da **inflação**.

O IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), por exemplo, pode ser cortado ainda mais para alguns produtos. O governo já reduziu o tributo em 25% há pouco mais de duas semanas, ao custo de cerca de R\$ 20 bilhões por ano (sendo metade para a União e metade para estados e municípios).

"Há uma possibilidade, segundo o Paulo Guedes disse, de reduzir [o IPI] mais ainda para automóveis, motocicletas e produtos da linha branca. É uma coisa fantástica porque nunca se ouviu falar disso no Brasil",

disse Bolsonaro em cerimônia na última terça-feira (15).

O presidente não mencionou que governos petistas já tomaram essa iniciativa e cortaram o IPI justamente sobre automóveis e linha branca na tentativa de movimentar a economia.

Além disso, a classe política pressiona a equipe econômica por medidas voltadas aos combustíveis. Um corte de **tributos** sobre a gasolina, defendido por parte dos **integrantes** do governo, pode custar R\$ 27 bilhões para os cofres públicos -ou ainda mais, dependendo do formato escolhido.

A equipe econômica vem resistindo de maneira reiterada a novas ideias voltadas aos combustíveis, em geral vistas como caras e ineficientes para segurar os preços. Caso realmente haja necessidade, a preferência do time de Guedes é por aumentos focalizados -por meio do Auxílio Gás ou um Auxílio Caminhoneiro.

Caso prossigam, os novos cortes se somariam à lista de reduções tributárias já feitas neste ano. A mais relevante foi justamente nos **tributos** federais PIS/Cofins e na limitação do estadual ICMS sobre produtos como diesel e gás de cozinha.

A medida retirou R\$ 28,2 bilhões dos cofres públicos em 2022. Desse total, segundo o Ministério da Economia, R\$ 14,9 bilhões serão bancados pela União durante o ano (outro montante, de R\$ 1,6 bilhão, será sentido apenas em janeiro de 2023). Outros R\$ 13,3 bilhões serão retirados de estados e municípios, nas contas da IFI (Instituição Fiscal Independente), órgão vinculado ao Senado.

Outra medida recente, anunciada na última terça, foi a eliminação gradual do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) sobre operações de câmbio. Nesse caso, o impacto fiscal começa em R\$ 500 milhões em 2023 e vai crescendo gradualmente até alcançar R\$ 7,7 bilhões em 2029 (em média, o impacto anual até lá será de R\$ 2,7 bilhões).

O ministério também prepara a redução de tributação sobre o frete marítimo, conforme mostrou a Folha, além do corte do Imposto de Renda para investimentos estrangeiros e eliminação da Cide

(Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) de remessas ao exterior. Essas três medidas custariam cerca de R\$ 6 bilhões ao ano, segundo as estimativas.

Membros da equipe econômica ouvidos pela Folha afirmam que há espaço fiscal para os cortes, mas começam a dizer que as medidas devem ter um limite.

Apesar de ainda ser projetada folga em relação à meta fiscal, há uma visão entre integrantes de que não se pode arriscar uma deterioração das contas públicas a ponto de piorar o resultado fiscal projetado para o ano, justamente em um momento eleitoral -o que poderia dar uma sinalização ruim ao mercado.

O déficit previsto pelo governo durante a elaboração do Orçamento de 2022 é de R\$ 54,8 bilhões para o setor público consolidado (o que engloba União, estados e municípios) -valor que pode ser ajudado por maiores receitas, mas pode ser prejudicado por medidas eleitorais (como reajustes para servidores).

No limite, defendem, o governo não pode arriscar a meta fiscal do ano (que permite um rombo maior, de até R\$ 177,5 bilhões para o setor público).

A renúncia de **impostos** adiciona pressão às contas públicas neste que será o nono ano do país no vermelho. A previsão é que a dívida do Brasil cresça até R\$ 6,4 trilhões em 2022 e enfrente custos mais altos de financiamento diante da escala dos juros e das incertezas com os cenários doméstico e internacional.

Juliana Damasceno, economista da Tendências Consultoria e pesquisadora associada do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), afirma que os cortes de **impostos** causam menos preocupação neste ano do que em outros momentos por causa do aumento da arrecadação -mas que, mesmo assim, as medidas geram alertas.

Isso porque, diz ela, a elevação nas receitas públicas tem decorrido, assim como no ano passado, de efeitos conjunturais -como o avanço da **inflação** e o aumento do preço do petróleo (que infla os ganhos com royalties).

O risco é chegar a um momento em que a receita pública não será mais beneficiada por esses fatores e o país precise rediscutir as medidas adotadas agora -o que será uma tarefa difícil, tendo em vista que as empresas facilmente se "acostumam" com os **tributos** mais baixos.

"É difícil reonerar. A desoneração da folha, por exemplo, tem sido difícil reverter porque as empresas

dizem que, se os **impostos** subirem, terão que demitir em massa", afirma.

A desoneração da folha foi prorrogada por meio de um projeto aprovado pelo Congresso e sancionado por Bolsonaro. Criada em 2017, ela deveria acabar em 2021 -mas foi estendida até 2023 diante da pressão dos empresários.

Damasceno reconhece que medidas como cortes de **impostos** são uma tentativa de melhorar a vida da população em um cenário conturbado, mas diz que não necessariamente haverá efeito porque as empresas precisariam sentir que a redução será sustentável para repassá-la adiante.

"Existe a possibilidade de não vermos isso chegar tanto ao consumidor final", afirma Damasceno.

Outro efeito comentado por Guedes, o de reindustrializar o país com o corte no IPI, também é visto com ceticismo. "Ninguém investe com uma alta de juros como a nossa. É muito descolado da realidade um discurso como esse", diz.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49856>

Impacto das medidas

Ações já adotadas ou em preparação

Medida	Impacto anual, em R\$ bi
Corte de PIS/Cofins e ICMS sobre diesel, biodiesel e gás de cozinha (somente 2022)*	28,2
Corte de 25% no IPI*	20
Corte de um terço em tributo sobre frete marítimo**	4
Redução do IOF sobre operações de câmbio	2,7***
Zerar Cide para remessas ao exterior**	1,615
Corte de Imposto de Renda para estrangeiros**	0,45
Corte de impostos para jet ski, balões e outros produtos	Governo não calculou
Corte adicional no IPI**	Ainda sem número
Cortes em tarifas de importação**	Ainda sem número
Corte de IOF para microempresas em programas de crédito**	Ainda sem número

Fonte: Ministério da Economia e IFI.

*Impacto sentido em parte por União e em parte por estados e municípios.

**Medida em preparação.

***Cálculo do impacto médio anual entre 2023 e 2029 (a medida gera um impacto crescente nesse período até alcançar R\$ 7,7 bilhões de 2029 em diante).

Crise faz Guedes estudar fabricação nacional de semicondutores

Fábio Pupo - Brasília

O Ministério da Economia passou a discutir medidas para estimular a produção nacional de semicondutores, componentes que passam por um problema global de fornecimento desde a pandemia e que são cruciais para o funcionamento de uma série de produtos -de brinquedos e celulares a aviões e sistemas de defesa.

A entrega das peças foi afetada durante a crise sanitária e continua desafiando as linhas de produção de automóveis. Os problemas podem ser intensificados com a guerra na Ucrânia e com o recente aumento de casos de Covid-19 na China, que tem levado a novas interrupções em fábricas.

Diante da persistência das preocupações, membros da equipe econômica têm conversado com representantes empresariais ligados à fabricação de semicondutores e veículos, que afirmam que o ministro Paulo Guedes (Economia) concordou com a importância de o país ter uma indústria voltada aos semicondutores.

Ainda não há uma decisão definitiva sobre o que é necessário para atrair empresas ou que medidas serão adotadas, mas o ministro sinalizou a possibilidade de cortar **impostos** para estimular empresas.

Guedes prefere diminuir **tributos** de maneira ampla, de forma que as mudanças sejam sentidas pela economia como um todo (e não apenas por um determinado setor). Por isso, continua defendendo a diminuição do IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) -projeto encaminha do por ele ao Congresso e que estacionou no Senado por diferentes contestações.

Mesmo assim, participantes das discussões relatam que o ministro afirma que, no caso dos semicondutores, a diminuição do IRPJ proposto no projeto não seria suficiente e, por isso, um corte tributário mais profundo poderia ser adotado.

As discussões com Guedes resultaram das análises de um grupo de trabalho formado por governo e empresas para discutir a situação dos semicondutores.

São usados como referência para as discussões exemplos de outros países que estão em uma corrida mundial para estimular o setor. Entre as iniciativas tomadas pelo mundo, estão subsídios e até a divisão de custos de construção de fábricas entre Estado e empresas.

Uma das iniciativas analisadas é a dos Estados Unidos, onde parlamentares avançaram com um projeto de US\$ 52 bilhões em subsídios para a produção de semicondutores. O país, assim como outros, tenta diminuir a dependência da Ásia - responsável por atender cerca de 80% da demanda global.

A União Europeia pretende dobrar sua produção de semicondutores até 2030. Enquanto isso, países como China, Taiwan e Cingapura continuam destinando incentivos a empresas do ramo e especialistas.

A depender do formato final da medida, uma decisão por incentivos setoriais pode contrastar com a visão de Guedes-que costuma se negar a usar os cofres públicos para políticas setoriais.

Antônio Jorge Martins, professor da FGV (Fundação Getúlio Vargas), afirma que é muito difícil ver o setor se desenvolver sem incentivos estatais devido ao tamanho dos investimentos necessários. Mesmo assim, ele critica uma decisão desse tipo no caso brasileiro.

"Não temos condições de estimular esse tipo de mercado e não temos como fazer concorrência às outras empresas, porque não temos escala para isso", afirma.

Para o professor, o país precisaria, primeiro, elevar a renda da população para que o mercado consumidor atraia fabricantes para o território nacional.

"Temos 60 milhões de pessoas no Brasil dependendo do governo para sobreviver. Nossa população está com renda reduzida. Precisamos que a renda aumente para voltarmos a ter mercado e, assim, criarmos uma demanda por semicondutores", afirma.

O país tem hoje a estatal Ceitec (Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada) voltada aos semicondutores, mas a empresa está em processo de

liquidação. "Não tem condições de [a fabricação] ser estatal, nenhuma dessas grandes empresas é estatal. Elas não têm estrutura para fazer frente a esse desafio tecnológico", afirma.

O problema no fornecimento de semicondutores chegou a um extremo durante a pandemia e continua sendo sentida na fabricação de automóveis.

Com a Covid-19, o trabalho remoto elevou a demanda por eletrônicos enquanto as montadoras desaceleraram suas encomendas diante das incertezas. Isso levou a uma desorganização das cadeias globais, sobretudo quando a demanda por carros subiu e as montadoras se viram sem peças.

A escassez fez as fabricantes automotivas produzirem 10 milhões a menos de veículos globalmente em 2021, segundo estimativas usadas pela Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores).

Só no Brasil, de 300 mil a 350 mil unidades deixaram de ser produzidas pela falta dos componentes.

Consultada, a Anfavea afirmou que a dificuldade com semicondutores deve persistir. Para 2022, a previsão mais recente é que o problema subtraia até 8 milhões de veículos da fabricação mundial e uma normalização pode ser vista apenas em 2025.

As estimativas usadas pela entidade foram feitas em dezembro -portanto, antes da guerra na Ucrânia, que pode agravar a situação.

Rogério Nunes, presidente da Abisemi (Associação Brasileira da Indústria de Semicondutores), diz que o desenvolvimento da produção nacional pode não ter resultados em menos de 10 ou 15 anos. Mesmo assim, ele defende políticas governamentais ao setor.

"É uma questão de domínio da tecnologia. A indústria de semicondutores é base para os outros produtos e, por isso, vai aumentar nossos níveis de desenvolvimento social e econômico. É absolutamente estratégico", afirma.

Segundo ele, menos de 20 empresas atuam no ramo dos semicondutores no Brasil - mas as empresas não participam da cadeia completa e cerca de 70% dos insumos são importados.

"Os semicondutores estão inseridos em absolutamente todos os setores da economia. Antes era somente na indústria eletroeletrônica, mas hoje vemos no setor automotivo, no médico, na segurança, nas telecomunicações e até na agricultura. Tudo hoje depende de semicondutores", diz.

Relatório recente da consultoria Deloitte afirma que as maiores empresas globais estão aumentando sua capacidade em níveis sem precedentes, com investimentos de US\$ 200 bilhões até 2023.

Os recursos estão sendo direcionados para onde a indústria já está instalada, como Taiwan e Coreia do Sul, mas também a locais mais próximos do restante da cadeia em um movimento de regionalização. Entre os países citados como destino dos investimentos estão Estados Unidos, China, Japão, Cingapura e Israel. O Brasil não é mencionado na lista.

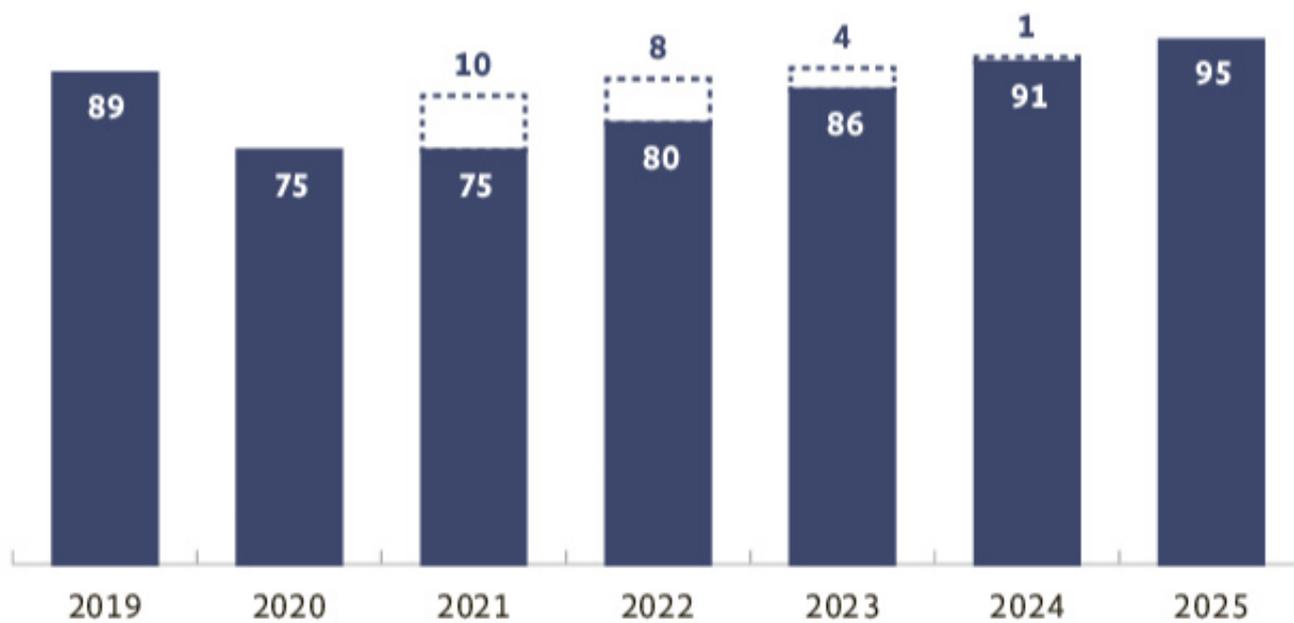
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49856>

Falta de semicondutores afeta montadoras em todo o mundo

Produção global de automóveis, em milhões de unidades*

Perda na produção devido à crise dos semicondutores



Tendências para a indústria de semicondutores**

- Escassez deve permanecer no 1º semestre e pode diminuir no 2º, mas com prazos de entrega mais longos – o que deve ser sentido ainda em 2023
- Falta de talentos deve pressionar ainda mais o mercado
- Indústria deve aumentar capacidade em nível sem precedentes e três maiores empresas globais devem investir US\$ 200 bi até 2023
- Investimentos devem ocorrer em locais onde indústria já está instalada, como Taiwan e Coreia do Sul, mas também em locais mais próximos do restante da cadeia em um movimento de regionalização (como EUA, China, Japão, Cingapura, Israel e Europa)

*Projeção feita em dezembro de 2021 **Deloitte
Fontes: Anfavea e Boston Consulting Group

O leão do Imposto de Renda - CRÔNICAS DE SP

GILBERTO AMENDOLA

Quando certa manhã acordei de sonhos intranquilos, encontrei-me em minha cama metamorfoseado em alguém que precisava fazer o próprio Imposto de Renda.

Arrastei-me até o banheiro, olhei-me no espelho e encontrei a cara de um contribuinte brasileiro prestes a baixar o programa da Receita para preenchimento e declaração de impostos.

No chuveiro, fechei os olhos e pensei em todos os comprovantes. Será que tenho tudo o que preciso?

O café desceu mais amargo do que o habitual. Me senti mareado, enjoado, zozzo mesmo.

Gastos com saúde e educação ainda são dedutíveis?

E se eu deixar para amanhã?

Ou melhor, para o finalzinho do prazo? Deus ajuda os bêbados e os atrasados.

Mas eis me aqui, maltrapilho cidadão, olheiras de ressaca, na frente do PC, cumprindo o ritual anual de declarar o meu imposto e torcer por uma restituição generosa.

Quantos erros vou cometer desta vez? Quantas correções terei de enviar?

Por mais simplificada que seja a minha declaração, fico nervoso com a ideia de um leão caçador de sonegadores.

Quem inventou a expressão "o leão do Imposto de Renda"?

Por que tanta agressividade?

Fecho os olhos e imagino um leão bíblico me devorando porque esqueci de declarar a rebimboca da parafuseta que eu adquiri em setembro. E sinto o Leão me devorando como se eu fosse um suculento empresário sonegador.

Agora que eu estou com o programa aberto, vou parar de reclamar. Tão inevitável quanto a morte é a

declaração de bens. Sossega, leão. Não apresse o meu coração de contribuinte.

Eu só queria tempo para colocar minha leitura em dia. Tenho tanto livro parado: (...) Muitos anos depois, diante do programa da Receita, recordei aquela tarde remota em que meu pai me explicou como fazer o Imposto de Renda.

(...) Todas as declarações de Imposto de Renda enviadas com sucesso se parecem, mas cada declaração que cai na malha fina é infeliz à sua maneira.

(...) Hoje foi o último dia para declarar o Imposto de Renda.

Ou talvez ontem, não sei bem.

Recebi um telegrama da Receita: sua declaração caiu na malha fina. Enterro amanhã.

(...) É uma verdade universalmente conhecida que um homem solteiro, possuidor de uma boa fortuna, deve estar necessitado de declarar seu Imposto de Renda.

(...) No dia seguinte ninguém declarou o Imposto de Renda.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Atividade econômica decepçiona em janeiro (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187169

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187169

Reação eleitoreira agrava a crise (Artigo)

***Gustavo Loyola, doutor em Economia pela EPGE/FGV,
ex-presidente do Banco Central, é sócio-diretor da
Tendências Consultoria Integrada, em São Paulo***

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187169

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187169

85% dos municípios goianos arrecadaram mais em 2021

Marcos Nunes Carreiro

Pelo menos 85% das cidades goianas tiveram arrecadação maior em 2021 do que em 2020, ano marcado por receitas extraordinárias devido ao socorro da União em razão da pandemia de Covid-19. Os dados são do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM-GO), enviados a pedido do POPULAR em 8 de março.

Foram 207 as cidades que apresentaram, em 2021, receitas superiores às que tiveram no ano anterior, entre as quais estão dez que atrasaram a prestação de contas junto ao TCM-GO.

A reportagem as considerou na análise porque apresentam arrecadação superior mesmo com as contas ainda não fechadas. Isto é, essas dez terão arrecadação final ainda maior às disponibilizadas atualmente.

Ao todo, foram 40 as cidades que não atenderam ao prazo de envio dos dados de dezembro ao tribunal, 14 de fevereiro (veja quadro ao lado). Entre elas estão as maiores do Estado, Goiânia, Aparecida de Goiânia e Anápolis, que geralmente lideram o ranking goiano de arrecadação (leia na página 5).

Analisando as receitas apenas das cidades com prestação de contas fechada, percebe-se que a arrecadação foi puxada por repasses maiores do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e da cota-parte do ICMS.

A cota-parte mensal do FPM desses municípios fechou o ano passado R\$ 883,7 milhões acima do arrecadado em 2020; já o ICMS foi R\$ 849 milhões superior.

Os dois são repasses constitucionais: o primeiro é feito pela União com recursos compostos da arrecadação de **impostos** como o de Renda (IR) e o sobre Produtos Industrializados (IPI); já o segundo é feito pelos Estados, sob determinação constitucional de que 25% do total arrecadado com ICMS nos Estados seja repartido entre seus municípios.

Goiás, como já mostrou o POPULAR, foi uma das unidades da Federação com maior crescimento de ICMS em 2021, ano em que Estados bateram recorde

de arrecadação do imposto, em grande parte, devido às altas da conta de luz e da gasolina.

O consultor orçamentário Renatho Melo explica que a arrecadação federal está em alta, "uma vez que a pressão inflacionária resulta em maior recolhimento de **impostos**, o que reflete nos repasses aos municípios, sobretudo por conta da retomada das atividades econômicas, a partir do melhor controle da pandemia em decorrência da vacinação em massa."

Ele ressalta ainda: "É bom lembrar que os municípios menores sobrevivem dos repasses da União e dos Estados, pois demonstram dificuldade de sustentação tributária própria."

Os dados do TCM-GO mostram que, somadas as arrecadações de ISS, ITBI e IPTU, principais **impostos** municipais, as 206 cidades que fecharam suas contas no prazo receberam R\$ 1,6 bilhão em 2021. O valor é menos que a metade do que tiveram, por exemplo, de cota-parte do ICMS (R\$ 3,4 bilhões).

Site: <https://opopular.com.br/digital/21-marco-2022/10-caderno>

Arrecadação*

Veja qual foi o saldo de receitas dos municípios de Goiás em 2021, na comparação com os anos anteriores

● Cidades com prestação de contas em dia: **206** ● Fecharam 2021 com receita maior que em 2020: **197**

10 MAIORES VARIAÇÕES DE RECEITA

Município	Valor total 2019	Valor total 2020	Valor total 2021	Variação (2021-2020)
Perolândia	R\$ 28,1 milhões	R\$ 25,6 milhões	R\$ 35,8 milhões	39,87%
Alto Horizonte	R\$ 95,5 milhões	R\$ 92,5 milhões	R\$ 126,8 milhões	37,05%
Marzagão	R\$ 13,1 milhões	R\$ 13,3 milhões	R\$ 18,1 milhões	35,99%
Campo Limpo de Goiás	R\$ 19,7 milhões	R\$ 22,3 milhões	R\$ 30,1 milhões	34,91%
Rio Quente	R\$ 36,3 milhões	R\$ 31,2 milhões	R\$ 42,1 milhões	34,67%
Estrela do Norte	R\$ 14,9 milhões	R\$ 15,4 milhões	R\$ 20,7 milhões	34,15%
Flores de Goiás	R\$ 31,4 milhões	R\$ 37,7 milhões	R\$ 49,6 milhões	31,54%
Damolândia	R\$ 14,7 milhões	R\$ 14,6 milhões	R\$ 19,2 milhões	31,21%
Mairipotaba	R\$ 14,5 milhões	R\$ 15,9 milhões	R\$ 20,8 milhões	30,58%
Baliza	R\$ 17 milhões	R\$ 19,2 milhões	R\$ 24,8 milhões	29,20%

FECHARAM 2021 COM RECEITA MENOR QUE EM 2020: 9

Município	Valor total 2019	Valor total 2020	Valor total 2021	Variação (2021-2020)
Sanclerlândia	R\$ 26,2 milhões	R\$ 37 milhões	R\$ 33,3 milhões	-9,95%
Inaciolândia	R\$ 28,8 milhões	R\$ 37,9 milhões	R\$ 34,4 milhões	-9,27%
Niquelândia	R\$ 103,8 milhões	R\$ 151,6 milhões	R\$ 138,3 milhões	-8,74%
Palmeiras de Goiás	R\$ 84,7 milhões	R\$ 117 milhões	R\$ 107 milhões	-8,49%
Bom Jesus de Goiás	R\$ 78,6 milhões	R\$ 99,9 milhões	R\$ 94,9 milhões	-5,00%
Santa Helena de Goiás	R\$ 115,5 milhões	R\$ 149,3 milhões	R\$ 143,8 milhões	-3,66%
Campos Belos	R\$ 56,5 milhões	R\$ 65,4 milhões	R\$ 63,2 milhões	-3,36%
Cabeceiras	R\$ 24,3 milhões	R\$ 30,5 milhões	R\$ 30,5 milhões	-0,13%
Serranópolis	R\$ 37,2 milhões	R\$ 45,7 milhões	R\$ 45,7 milhões	-0,04%

● Cidades com prestação de contas em atraso: **40**

FECHARAM 2021 COM RECEITA MAIOR QUE EM 2020, MESMO SEM PRESTAÇÃO TOTAL DE CONTAS: 10

Município	Valor total 2019	Valor total 2020	Valor total 2021	Variação (2021-2020)
Trombas	R\$ 16,4 milhões	R\$ 17,5 milhões	R\$ 20,5 milhões	16,92%
Edealina	R\$ 26,5 milhões	R\$ 26,8 milhões	R\$ 31,2 milhões	16,37%
Mozarlândia	R\$ 51,5 milhões	R\$ 65 milhões	R\$ 70 milhões	7,77%
Gouvelândia	R\$ 28,2 milhões	R\$ 31 milhões	R\$ 32,9 milhões	6,07%
Planaltina	R\$ 181,7 milhões	R\$ 221,8 milhões	R\$ 234,5 milhões	5,74%
Morrinhos	R\$ 132,7 milhões	R\$ 152,2 milhões	R\$ 160,5 milhões	5,45%
Aurilândia	R\$ 17 milhões	R\$ 18,7 milhões	R\$ 19,5 milhões	4,32%
Aragarças	R\$ 40,6 milhões	R\$ 48,6 milhões	R\$ 50,4 milhões	3,66%
Davinópolis	R\$ 21,8 milhões	R\$ 22,3 milhões	R\$ 22,9 milhões	2,64%
Leopoldo de Bulhões	R\$ 25,8 milhões	R\$ 30 milhões	R\$ 30,3 milhões	1,02%

* Dados atualizados em 8 de março. Fonte: Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM-GO)

Dois Brasis no atropelo das eleições (Editorial)

Correio Braziliense

A disputa à sucessão no Palácio do Planalto começa a ser travada num palco que parece dividir o país em dois Brasis sem conexão alguma. De um lado, está o Brasil que é cenário de um pacote de bondades de R\$ 150 bilhões, fortuna definida como "sobra de caixa acumulada", enquanto faltam recursos para pesquisas cruciais nas universidades e verbas são cortadas num atendimento considerado extremamente precário aos aposentados e para o combate ao desmatamento. O outro Brasil é o país do arrocho monetário, usado como tentativa de domar a inflação, do crédito caro que sacrifica os investimentos produtivos e impede a geração de emprego e renda.

As principais notícias da última semana não comungam, pelo contrário, se estranham. O mesmo governo que libera FGTS, antecipa 13º salário de aposentados, facilita empréstimos consignados e crédito para microempreendedores, eleva a taxa básica de juros ? aquela que remunera os títulos públicos no mercado financeiro e serve de referência para as operações nos bancos e no comércio ? de 10,75% para 11,75% ao ano. O Banco Central também sinalizou que a Selic pode chegar, em maio, a 12,75% ao ano.

Para complicar um pouco mais a situação desse Brasil do aperto monetário, o Federal Reserve, o Banco Central americano, determinou, na quarta-feira, a primeira elevação dos juros americanos desde 2018 de 0,25 ponto percentual. O motivo da alta, que de acordo com o FED continuará até o fim do ano e pode se repetir em 2023, é idêntico à necessidade brasileira de controle da inflação, mas as diferenças nos efeitos da medida são profundas e impiedosas, claro, com o Brasil.

Os juros mais atrativos na nação de Joe Biden costumam promover uma debandada de investidores de países como o Brasil e vão levar à valorização do dólar frente ao real. Significa mais fôlego de preços cotados em dólar, como os dos combustíveis e de produtos que demandam matéria-prima produzida no exterior. Importante, ainda, lembrar que o real iniciou trajetória de alta no começo do ano, com o ingresso de dinheiro na bolsa de valores, como ocorreu em outros países avaliados como baratos e com economia muito associada à produção de commodities, que

encareceram no mercado internacional.

Como vão se comportar os investimentos produtivos e de especulação na bolsa de valores, agora, são dois grandes desafios que, por mais empenhados que estejam os candidatos às eleições de outubro, não poderão ser desconsiderados nem devem passar despercebidos dos eleitores mais informados.

No ano passado, o Brasil derrapou e perdeu preferência entre as empresas especializadas em captação de investimentos. Desceu da terceira posição do ranking para a 10ª, em 2021. Somente 5% dos CEOs que atendem investidores pelo mundo passaram a considerar o Brasil estratégico, com base em estudo feito pela consultoria PwC. Os Estados Unidos lideram a relação dos mais preferidos, seguidos da China e da Alemanha. A perda de relevância brasileira é reflexo de três fatores: baixa expectativa de crescimento econômico, ambiente político e desprezo com a preservação do meio ambiente.

Os rumos da economia brasileira passaram a representar, da mesma forma, um risco para os investidores em fundos de venture capital e startups, incluindo-se nesse cenário os juros altos tanto no Brasil como nos Estados Unidos e em outros países. As pequenas empresas de tecnologia e inovação com potencial de crescimento e de ganhos em escala foram alvo de captação recorde no ano passado. Há estimativas de que o Brasil captou recursos superiores a R\$ 50 bilhões para esse setor. O número das chamadas novas empresas unicórnios, com avaliação igual ou superior a US\$ 1 bilhão, teria chegado a uma dezena. Não se espera o mesmo dinamismo em 2022.

A euforia com os investimentos estrangeiros diretos, por sua vez, perdeu sentido. Em 2021, eles somaram US\$ 46,441 bilhões nas estimativas do Banco Central, aumento de 22,9% na comparação com 2020, embora sem ter retomado o nível anterior à pandemia de covid-19. A autoridade monetária contava com US\$ 55 bilhões em 2022, mas não se imaginava tantas reviravoltas neste ano.

Diferença social até na bomba de combustível



Em São João das Missões, uma das localidades mais pobres do estado, no Vale do Jequitinhonha, moradores pagam R\$ 7,99 pelo litro da gasolina



Em Nova Lima, município mineiro com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a gasolina é encontrada a R\$ 7,599

Luiz Ribeiro

No recente aumento do preço da gasolina (média de 18,8%) -que, segundo a Petrobras, teve como uma das causas o impacto, no mercado internacional, da invasão da Ucrânia pela Rússia -, os moradores dos municípios mais pobres e isolados de Minas Gerais, situados no Norte do estado e no Vale do Jequitinhonha, estão pagando mais caro do que a população de Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), município mineiro com maior índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de 0,813.

Com 97,3 mil habitantes, Nova Lima tem Produto Bruto Interno Bruto (**PIB**) per capita anual de R\$ 124.987,23, quase 20 vezes o **PIB** de São João das

Missões, que é de R\$ 6.428,57, cidade do Norte de Minas que tem o menor IDH do estado: 0,529. No entanto, a população de São João das Missões (11,8 mil moradores. 70% indígenas xacriabá) está pagando 40 centavos a mais por litro do combustível (R\$ 7,99) do que os mais bem estruturados moradores de Nova Lima, onde o litro do produto pode ser encontrado a R\$ 7,599 na bomba.

Ao longo da semana passada, a reportagem do Estado de Minas levantou o preço do combustível na bomba em outros nove municípios do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha. Em todos, foram verificadas a discrepância e a penalização dos mais pobres. Dos lugares pesquisados, a cidade com a gasolina mais cara é Coronel Murta.

A cidade tem duas revendas de combustíveis: em uma delas, a gasolina está custando R\$ 8,59 o litro; na outra, R\$ 8,49 o litro, praticamente R\$ 1 a mais do que o valor do combustível (R\$ 7,48) encontrado em postos de Belo Horizonte - que tem o segundo maior IDH de Minas (0,810) e **PIB** per capita anual de R\$ 38.695,31.

A professora Vânia Vilas Boas, coordenadora do índice de Preços ao Consumidor (1PC) do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), afirma que moradores dos pequenos municípios de regiões carentes como o Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha pagam mais caro pelos combustíveis por causa do chamado "custo logístico".

Por estarem distantes das refinarias, a despesa com transporte fica maior. As cidades das duas regiões, na grande maioria, estão situadas a mais de 500 quilômetros da Refinaria Gabriel Passos (Regap), em Betim, na RMBH.

"Temos o impacto do custo logístico, que é o custo do transporte dos derivados de petróleo da refinaria até a bomba no posto. Soma-se a isso a questão que em Minas Gerais temos uma das maiores tributações sobre gasolina, de 31%, a segunda maior do Brasil, perdendo apenas para o Rio de Janeiro (34%). Isso faz com que o preço dos combustíveis seja mais alto nessas regiões, que são áreas onde a população tem poder aquisitivo mais baixo, em decorrência das (fracas) atividades econômicas de seus municípios",

observa a economista.

Segundo Vânia Vilas Boas, o aumento do valor dos derivados de petróleo em efeito cascata impacta na disparada dos preços de outros produtos básicos. "Quando há aumento da gasolina, em efeito cascata, ele influencia nos custos em praticamente todos os setores da economia. Essa pressão do reajuste dos combustíveis é sentida em dobro pelo trabalhador/consumidor, principalmente nas regiões interioranas", assegura a coordenadora do IPC/Unimontes.

"O aumento da gasolina pesa não apenas na hora em que o consumidor vai encher o tanque, mas também no frete, nas passagens e em todos os produtos e alimentos que chegam às pequenas localidades, que não possuem produção própria suficiente para atender suas demandas". completa.

DESLOCAMENTOS Os moradores dos pequenos municípios têm mais despesas com transporte porque precisam sempre se deslocar para tratamentos de saúde ou procurar atendimento bancário, não existentes onde vivem. Essa situação é verificada em São João das Missões, onde o aumento da gasolina tem impacto maior ainda porque mais de 70% da população pertence à tribo indígena xacriabá e reside na zona rural, em 32 aldeias que ocupam 70% do território do município.

Os indígenas acabam necessitando de constantes deslocamentos até a cidade, para tratamento médico, receber benefícios ou cuidar de compromissos pessoais.

"As pessoas estão reduzindo as viagens por causa preço da gasolina, que subiu demais enquanto a renda da população continua baixo. Ninguém aguenta isso", afirma Adimar Seixas de Lima, supervisor da Secretaria Municipal de Cultura e Assuntos Indígenas de São João das Missões.

Adimar pertence à etnia xacriabá. Ele disse que é um dos "penalizados" com o aumento da gasolina, pois tem que pagar praticamente R\$ 8 pelo litro e, de três a quatro vezes por semana, precisa se deslocar até a sede do município, distante 60 quilômetros da aldeia Sumaré 1, onde mora.

"As coisas estão desenfreadas. Quando o preço da gasolina sobe e o salário não acompanha, traz um sacrifício para todo mundo. Para mim, é abuso de poder do governo", reclama o morador de São João das Missões. lembrando que sempre luta em defesa em direitos dos povos indígenas.

SAIBA MAIS

O QUE É O IDH

O índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/ONU) e é baseado nos indicadores de educação, saúde e renda de países, estados e municípios. O item educação considera os anos de estudos dos habitantes. Na saúde, é levada em conta a expectativa de vida. O quesito renda mede o rendimento médio dos moradores, avaliando o Produto Interno Bruto (**PIB**), a soma de toda a riqueza produzida em determinado período.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/21/03/2022/p1>

QUEM PODE MENOS, PAGA MAIS

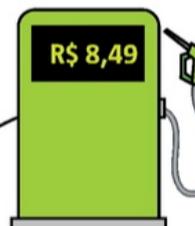
Confira o preço da gasolina em cidades mineiras*

■ Em municípios de menor renda



■ São João das Missões (menor IDH de Minas - PNUD/2010)

- **Localização:** Norte de Minas, 687 km de BH
- **IDH:** 0,529
- **População:** 11,8 mil habitantes
- **Renda média mensal:** 1,7 salário mínimo
- **PIB per capita anual:** R\$ 6.428,57



■ Coronel Murta

- **Localização:** Vale do Jequitinhonha, 591 km de BH
- **IDH:** 0,627
- **População:** 9,2 mil habitantes
- **Renda média mensal:** R\$ 1,348 mil
- **PIB per capita anual:** R\$ 8.993,35



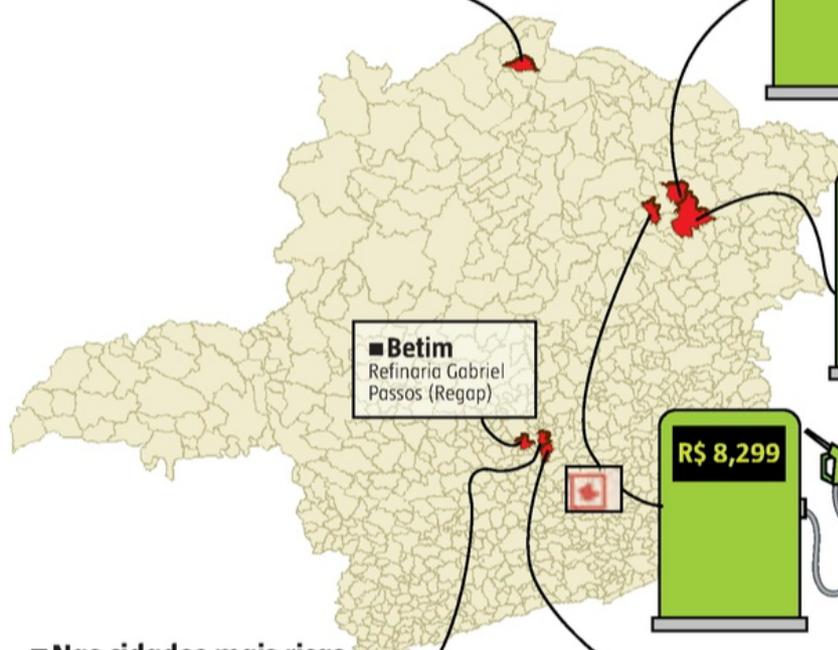
■ Araçuaí

- **Localização:** Vale do Jequitinhonha/600 km de BH
- **IDH:** 0,663
- **População:** 37,7 mil habitantes
- **Renda média mensal:** 1,6 salário mínimo
- **PIB capita anual:** R\$ 12.588,17



■ Berilo

- **Localização:** Vale do Jequitinhonha/ 557 km de BH
- **IDH:** 0,628
- **População:** 11,8 mil habitantes
- **Renda média mensal:** Não disponível
- **PIB per capita anual:** R\$ 8.652,17



■ **Betim**
Refinaria Gabriel Passos (Regap)

■ Nas cidades mais ricas



■ Belo Horizonte

- **IDH:** 0,810
- **População:** 2,53 milhões de habitantes
- **Renda média mensal:** 3,4 salários mínimos
- **PIB per capita anual:** R\$ 38.695,31



■ Nova Lima (maior IDH de Minas - PNUD/2010)

- **Localização:** Região Central/Grande BH
- **IDH:** 0,813
- **População:** 97,37 mil habitantes
- **Renda média mensal:** 3,3 salários mínimos
- **PIB per capita anual:** R\$ 124.987,23

Fonte: IBGE/PNUD - 2010/postos de combustíveis

Crises e conflito tornam Brasil e Rússia as decepções dos Brics

Eduardo Cucolo são paulo

Brasil e Rússia foram as duas grandes decepções entre os Brics, grupo de países formado também por Índia, China e África do Sul, duas décadas após a criação do termo para designar essas economias emergentes.

As sanções impostas ao governo russo após a invasão da Ucrânia tendem a piorar uma trajetória que já se mostrava desfavorável para os dois países antes mesmo da guerra.

Como grupo, as cinco economias já respondem por quase um terço do **PIB** (Produto Interno Bruto) mundial, mas esse resultado se deve principalmente ao desempenho da China e, em menor escala, ao da Índia.

O acrônimo Bric (palavra que também significa tijolo, em inglês) foi criado pelo economista britânico Jim O'Neil, do banco Goldman Sachs. Em um trabalho publicado no final de 2001, ele traçava cenários de crescimento para Brasil, Rússia, Índia e China.

Os Brics, no plural, acabaram por se tornar um grupo organizado a partir de 2009 e que conta, ainda, com a África do Sul desde 2011.

O'Neil estimou em 2001 que o peso dessas economias emergentes no **PIB** mundial passaria de cerca de 20% para 27% nos dez anos seguintes. Pela métrica do FMI (Fundo Monetário Internacional), chegou a 26,8% em 2011 e a 31,2% em 2021.

Para Brasil e Rússia, o economista estimava um crescimento anual médio de 4% nos anos seguintes. O resultado efetivo de 2002 a 2021 foi de 2,2% e 3,1%, respectivamente.

A Índia cresceu 6,6%, acima dos 5% estimados. A China teve expansão anual de 8,7%, superando a expectativa de 7%. A participação do Brasil deveria chegar a 3,2% do **PIB** mundial. Atualmente, está em 2,4%.

Em artigo publicado em setembro do ano passado, O'Neil afirmou que a primeira década do século foi de sucesso para os quatro países. Todos tiveram desempenho acima do projetado. Na segunda década,

porém, as participações de Brasil e Rússia no **PIB** mundial regrediram.

Em 2017, O'Neil já afirmava que "Brasil e Rússia foram grandes decepções" e que o acrônimo deveria ser apenas IC (Índia e China). Naquele ano, a economia brasileira havia acabado de sair de uma das maiores recessões da história, enquanto o mundo continuava a crescer. Nos anos seguintes, o país entrou em um ritmo de baixo crescimento, de 1% ao ano na média, que se mantém até hoje.

Na média de 2022 até 2026, a taxa de crescimento do Brasil deve dobrar, mas ainda será a metade do previsto pelo economista há mais de 20 anos, segundo projeções coletadas pelo FMI.

As estimativas apontavam que a Rússia deveria manter o ritmo de crescimento em torno de 3% ao ano nesse mesmo período. As sanções aplicadas àquela economia por causa da invasão da Ucrânia, no entanto, devem mudar esse cenário.

Pesquisa realizada pelo Banco Central da Rússia com economistas mostra que a **inflação** no país deve acelerar para 20% e que a economia pode ter uma contração de até 8% neste ano.

O banco JP Morgan também estima que o **PIB** da Rússia pode ter uma contração de 8% em 2022, seguida por um resultado próximo de zero no ano seguinte.

Os EUA, por exemplo, proibiram a importação de petróleo e gás russo. A Rússia também foi excluída do sistema internacional de transferências bancárias, e várias empresas estrangeiras estão deixando de operar no país.

Dentro dos Brics, as reações têm sido menos desfavoráveis. Dos outros países do grupo, apenas o Brasil votou a favor de uma resolução da ONU (Organização das Nações Unidas) condenando a invasão. Os demais se abstiveram.

A China evitou condenar o presidente russo, Vladimir Putin, pela invasão, mas criticou as sanções internacionais impostas ao país.

Site:

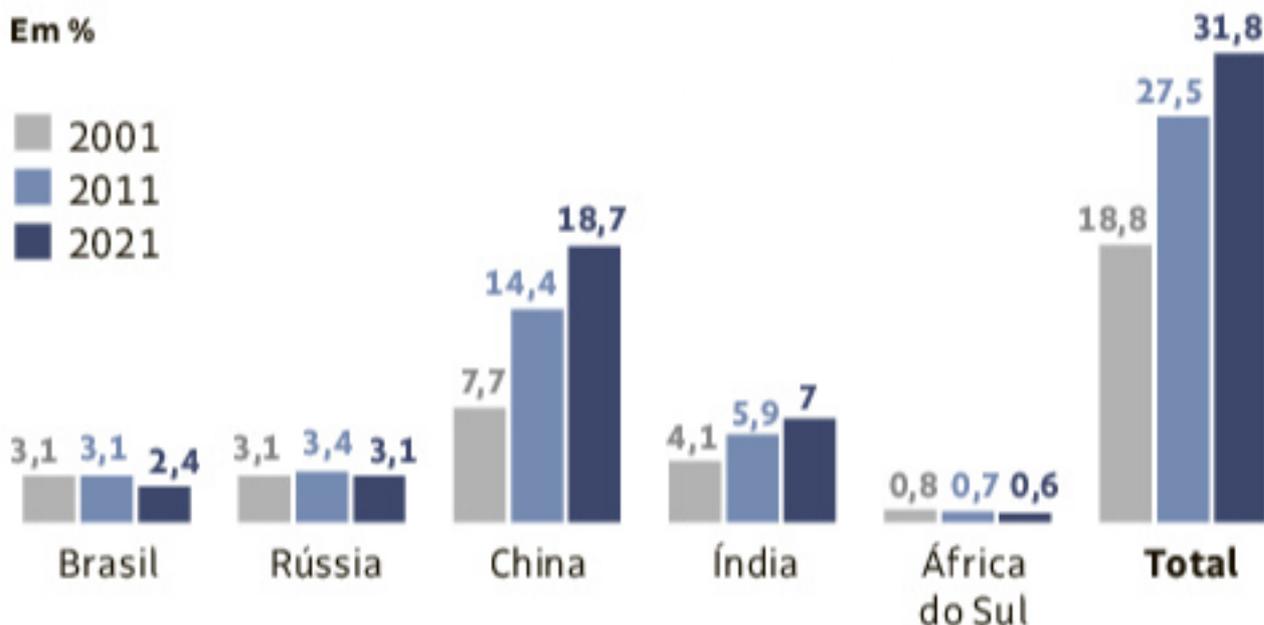
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

56

Participação dos Brics na economia mundial*

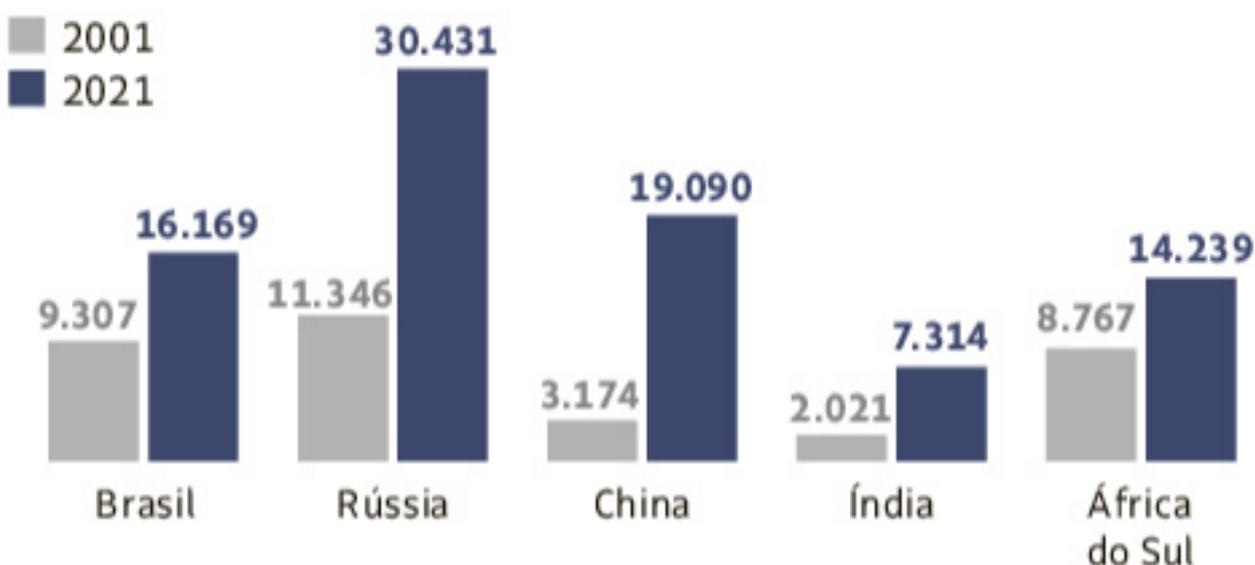
Fatias de Brasil, Rússia e África do Sul encolhem

Em %



PIB per capita medido em paridade do poder de compra

Em US\$ mil



*Produto Interno Bruto baseado na participação da paridade do poder de compra (PPC) no total mundial | Fonte: FMI (Fundo Monetário Internacional)